

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.010](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.010)

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Marcello Miranda Ferreira Spolidoro

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Professor de Biologia do Colégio Pedro II – RJ, mspolidoro@gmail.com;

Aline Rangel de Albuquerque

Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ralbuquerque.aline@gmail.com;

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, com foco na prática docente e seus desafios. Como objetivos específicos, o trabalho pretende identificar: i) a importância da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na escola regular; ii) as práticas docentes na perspectiva da Educação Inclusiva; iii) os desafios encontrados para que, de fato, ocorra a inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa que se configura de natureza teórica bibliográfica. Como referenciais teóricos são utilizados os trabalhos de Menezes (2012), Fumegalli (2012), Alves (2012), Ponce e Abrão (2019), dentre outros. A pesquisa está orientada para a reflexão sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular, que é um direito, mas ainda enfrenta desafios. Por isso, é necessário investimento na formação inicial e continuada dos professores, maior conhecimento sobre o transtorno do espectro autista e suporte aos docentes.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Educação.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a Educação Especial na perspectiva inclusiva, tratando especificamente da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular. O foco da investigação está relacionado com o seguinte problema: quais são as possibilidades e desafios do processo de inclusão escolar de alunos com TEA e como a prática docente pode auxiliar nesse contexto de inclusão? Dessa forma, nos nortearmos pela seguinte hipótese: para que ocorra efetivamente a inclusão escolar desses estudantes são necessárias melhorias nas condições escolares e maior investimento na formação inicial e continuada dos professores.

Optamos por esse tema por entender que, embora seja um processo complexo, a inclusão escolar de alunos com TEA deve acontecer, pois é um direito garantido por lei e traz benefícios a esse público. De acordo com Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), embora as crianças com espectro autista apresentem dificuldade de interação e comunicação, autores como Vygotsky destacam a importância da interação social para o desenvolvimento humano. Diante disso, conforme Camargo e Bosa (2009), a inclusão escolar auxilia no desenvolvimento da competência social e de aprendizagem dessas crianças através da interação.

Segundo Serra (2004), foi a partir da década de 70 que se consolidou o debate sobre a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais e no decorrer dos anos 80 foram realizadas investigações que visavam integrar essas pessoas ao sistema regular de ensino. Na década de 90 essa discussão aumentou com a Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jomtien, na Tailândia (1990) e a Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha (1994).

Mais especificamente sobre o autismo, foi a partir dos anos 70 e 80 que essa condição passou a ser observada como uma desordem comportamental e emocional, em que o sujeito apresentava dificuldades de socialização, comunicação e de realização de atividades imaginativas. Atualmente, é classificado como um transtorno global do desenvolvimento caracterizado pelo desenvolvimento

comprometido da interação social, comunicação, jogos simbólicos e padrões de comportamento (SERRA, 2004).

Segundo Camargo e Bosa (2009), conviver com outras crianças da mesma idade faz com que as capacidades interativas das crianças com autismo sejam estimuladas, visto que as habilidades sociais podem ser adquiridas através dessa troca com o outro. O conceito de mediação de Vygotsky mostra que a interação de uma criança com outras ou com um adulto tem papel fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento. Ademais, Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014) ressaltam a importância do diagnóstico precoce, já intervenções menos tardias podem alcançar melhores resultados. Para isso, é necessário que os profissionais que trabalham com essas crianças invistam em ações que possibilitem o desenvolvimento das habilidades sociais. O convívio com outras crianças e a mediação dos professores tem papel fundamental para esse fim.

É necessária uma formação voltada para a perspectiva de inclusão escolar em que o professor entenda a diversidade e saiba lidar com as individualidades de cada aluno para que as aulas sejam planejadas de acordo com as diferentes necessidades de seu público. Essa formação orientada para a inclusão deve ocorrer desde sua formação inicial, sendo também essencial uma formação continuada que lhe forneça reflexões para realização de práticas inclusivas (ALVES, 2012).

Além da capacitação dos professores, conforme Fumegalli (2012) também é fundamental que haja ajustes no currículo, visto que a escola que deve estar adaptada para atender as necessidades do aluno, e não o contrário. Uma escola inclusiva garante que todos os alunos tenham uma aprendizagem significativa, e garante que suas necessidades sejam vistas de forma individual, não homogênea.

Em síntese, Serra (2004) destaca que, sem adaptações, o processo de inclusão, pode tornar-se segregador. O ato de a escola receber um aluno especial não é o suficiente para incluí-lo, pois para que ocorra a inclusão é fundamental que haja aprendizagem e desenvolvimento. Assim, para que as práticas sejam inclusivas, é necessário que a escola seja um espaço significativo para a criança e que os professores sejam capacitados para atuar em classes inclusivas.

Esse estudo tem por objetivo geral refletir a respeito da inclusão escolar de alunos com TEA na escola regular apontando os principais desafios da prática docente nesse contexto. Como objetivos específicos, tem-se: i) identificar a importância da inclusão de alunos com TEA na escola regular; ii) investigar práticas docentes na perspectiva da Educação Inclusiva no campo do autismo e; iii) discutir os desafios encontrados para que de fato ocorra a inclusão escolar.

A metodologia de pesquisa utilizada será de abordagem qualitativa e do tipo exploratória, com uma análise do material bibliográfico levantado. Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é uma pesquisa que coleta dados descritivos através do contato do pesquisador com aquilo que está sendo estudado, na intenção de compreender os eventos de acordo com a visão do pesquisador e de quem faz parte da situação pesquisada. Trata-se de um estudo descritivo, em que a escrita tem papel crucial. Seu foco não está em elementos numéricos, e sim na visão ampla dos dados, além de uma preocupação não somente com o resultado, mas com todo o processo. A pesquisa qualitativa considera, portanto, a perspectiva de todos os envolvidos com o objeto que está sendo estudado.

De acordo com Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica é utilizada como fundamentação teórica do fenômeno estudado, isto é, uma produção de conhecimento científico que pode gerar interpretações para novas pesquisas sobre o objeto de estudo. Permite que o pesquisador produza conhecimento e encontre soluções para o problema de sua pesquisa.

No primeiro tópico será realizada uma pesquisa sobre a importância da inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na escola regular. O segundo tópico trará informações sobre as práticas docentes na perspectiva da Educação Inclusiva. No terceiro tópico serão considerados e discutidos os desafios para que de fato ocorra a inclusão escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo se pauta em uma abordagem qualitativa que se enquadra melhor nos objetivos traçados, visto que é muito importante na área educacional, por permitir compreender

e analisar a problemática estudada, buscando interpretar e explicar os assuntos desenvolvidos na coleta de dados e levantamento bibliográfico. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

É um trabalho de natureza teórica bibliográfica e se desenvolveu a partir de uma investigação do tipo exploratória, que através de um levantamento inicial do material bibliográfico sobre o tema, permitiu uma aproximação maior com os conceitos apresentados. A pesquisa exploratória possibilita proximidade com o problema com o objetivo de deixá-lo mais claro (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a estrutura, dividimos esse artigo em três partes. Na primeira, refletimos a respeito da importância da inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na escola regular, buscando mostrar como o processo inclusivo de escolarização pode ajudar no desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças. A segunda parte discute sobre as práticas docentes na perspectiva da Educação Inclusiva, considerando, para isso, três aspectos: formação dos professores; conhecimento sobre as necessidades educacionais dos alunos com TEA; e o planejamento de estratégias que atendam essas necessidades. A terceira parte aponta os desafios da inclusão escolar, desde as lacunas na formação dos professores, a falta de conhecimento sobre o TEA e a escassez de suporte aos docentes envolvidos nesse processo.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

A legislação brasileira assegura a educação como direito de todos e orienta que a educação escolar de alunos com autismo seja realizada preferencialmente em escolas regulares, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996. Assim sendo, a educação deve ser acessível a todos e faz-se necessário que a escola e os profissionais estejam preparados para atender e oferecer um ensino inclusivo de qualidade aos alunos com TEA.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta como características principais a dificuldade na comunicação e interação social e padrões restritos de comportamento, tais características estão presentes desde a infância e podem variar de acordo com o nível de comprometimento. O termo “espectro” é utilizado pois existe uma abrangência nos níveis de comprometimento do autismo de leve a grave, precisando de diferentes níveis de suporte. Crianças com esse transtorno têm prejuízo na forma de interagir e demonstrar suas emoções, além de ser comum apresentar atraso na fala, pouco contato visual, falta de interesse social, comportamentos estereotipados e resistência a mudança de rotina.

Os sintomas normalmente começam a ser notados a partir do segundo ano de vida em casos mais leves, mas podem ser percebidos antes de um ano de idade nos casos de atrasos mais graves. Esses sintomas costumam se apresentar de forma mais clara no início da infância, sendo possível haver ganhos no desenvolvimento e na aprendizagem ao longo de toda a vida, minimizando os possíveis prejuízos associados ao funcionamento social e profissional do indivíduo no futuro (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA, 2014).

Frente a isso, a escola tem um papel importante para auxiliar no desenvolvimento e no aprendizado dessas crianças através de um processo inclusivo de escolarização. Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014), destacam que apesar de as crianças com TEA manifestarem dificuldades na interação social e comunicação, essas habilidades são de grande relevância para o desenvolvimento humano. O espaço escolar oportuniza a convivência com outras crianças e a mediação do professor. Essas trocas relacionam-se com o conceito de mediação de Vygotsky, em que outras crianças e os adultos exercem um papel de mediadores no processo de aprendizagem, o que gera benefícios tanto no processo de aprendizagem quanto na interação social das crianças com autismo.

Segundo Ponce e Abrão (2019), a inclusão escolar vai além das questões pedagógicas e do currículo, possibilitando experiência e vivência para as habilidades sociais. Ademais, é positiva para diminuir a exclusão social e o preconceito. Conforme Lemos, Nunes e Salomão (2020), a interação social é essencial para o desenvolvimento e aquisição de habilidades durante a infância e a inclusão traz benefícios não somente para a criança atípica, mas também as outras crianças que aprendem sobre as diferenças, respeito e empatia.

Nesse viés, Menezes (2012) destaca que o processo de inclusão possibilita diversas aprendizagens. O convívio com outras crianças da mesma idade permite o uso da imitação como forma de ampliar a comunicação e reduzir comportamentos inadequados, o que cria maiores avanços para adquirir novos conhecimentos acadêmicos. Porém, para uma inclusão de sucesso é preciso conhecer as necessidades específicas de cada aluno e definir qual o atendimento educacional e as estratégias de atuação em sala de aula mais adequados. De fato, a atuação do professor é fundamental para o êxito da inclusão escolar e, portanto, será o assunto abordado no próximo tópico.

PRÁTICAS DOCENTES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando se pensa na construção de uma prática educativa de qualidade, além dos fatores externos e estruturais, os dois principais pontos enfatizados são a formação e a prática docente. Na Educação, há uma reflexão constante sobre a importância de uma boa formação inicial para os professores, que lhes ofereça uma base para a construção de seu trabalho, e uma formação continuada, que evidencie a necessidade de se estar sempre em atualização e capacitação para as situações do cotidiano escolar.

Nesse sentido, Menezes (2012) destaca que o papel do professor e sua formação docente influenciam diretamente em uma educação inclusiva de qualidade. Primeiramente, vale ressaltar que a formação docente começa na formação inicial e deve-se manter toda a vida profissional. Assim, a formação continuada dos docentes para aprimoramento da prática pedagógica é um ponto primordial

para a inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista na escola regular.

Alves (2012) ressalta que a qualidade do ensino está articulada com a formação do professor, sendo que essa formação não pode ser vista como um processo que se encerra com a obtenção do diploma de formação inicial, pois deve-se reconhecer que esse processo é permanente e que acompanha a realidade e as demandas do sistema de Educação e dos seus alunos. Para a autora, o alicerce do magistério estaria em uma formação inicial consistente, na formação continuada e em melhores condições de trabalho, salário e plano de carreira. Com isso, compreende que “a formação teórica e a prática do professor poderão contribuir para melhorar a qualidade do ensino, visto que são as transformações sociais que irão gerar transformações no ensino” (ALVES, 2012, p. 28).

Outro ponto importante na prática docente para escolarização do aluno com TEA, de acordo com Costa (2017), é que o educador deve conhecer as singularidades do diagnóstico do aluno com autismo para então poder criar um planejamento e definir os objetivos adequados para as práticas educativas com esse estudante. Para isso, destaca três etapas do trabalho do educador: observação, avaliação e mediação. Assim, o docente conhece o educando, avalia e tem um papel de mediador na sua aprendizagem.

Cunha (2016) ressalta que cabe ao professor planejar atividades que resultem na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno conforme as suas necessidades individuais. Algumas práticas pedagógicas que, segundo o autor, podem ser planejadas para o trabalho com alunos com autismo são:

atividades para comunicação, cognição e linguagem: livros, jogos coletivos, pareamento de concreto com símbolo, música, desenho, pintura, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais e estimulem o raciocínio;

atividades para desenvolvimento matemático: blocos lógicos, pareamento do concreto com o simbólico; encaixes geométricos, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais, atividades com temas do cotidiano e que estimulem o raciocínio lógico-matemático;

atividades para o desenvolvimento motor: exercícios que trabalhem as funções motoras e sensoriais, encaixes diversos, colagem, recorte, atividades físicas, atividades com música e de vida prática;

atividades para socialização: atividades esportivas individuais e coletivas; atividades pedagógicas em que o aluno possa compartilhar com a turma o seu saber; atividades que possam ser realizadas por todos os alunos;

atividades para o desenvolvimento do foco de atenção: atividades e pesquisas áreas distintas do conhecimento sobre temas que o educando tem interesse; atividades com novas tecnologias digitais, recortes diversos com tesoura, música, arte, desenho, pintura e vida prática (CUNHA, 2016, p. 95).

No estudo de Costa (2017) também são apontadas atividades de linguagem que incentivem a comunicação, recursos para organizar a rotina das atividades em sala de aula, utilização de materiais matemáticos concretos que façam parte da realidade do aluno e estimular a concentração com música e jogos, por exemplo. Assim, o professor é responsável por criar experiências que possibilitem a aprendizagem do aluno e que estimulem sua capacidade.

Ademais, em concordância com Serra (2004), além da presença do professor, pode ser necessário um tutor para auxiliar o professor. O tutor pode ser considerado um mediador que auxilia na relação entre o aluno com autismo e a turma, o ajudando para sua participação nas atividades da turma. Além do tutor, também existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um atendimento especializado aos alunos inseridos no ensino regular, mas que precisam de intervenções que atendam suas singularidades, ofertado no contraturno da sala de aula regular.

Dessa forma, pode-se perceber alguns passos indispensáveis para a inclusão, que são a formação dos professores, o conhecimento sobre as necessidades do aluno com TEA e o planejamento de estratégias que atendam suas necessidades e sejam eficazes para seu aprendizado (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013).

Contudo, conforme o estudo de Schmidt *et al.* (2016), existe um cenário com desafios para que ocorra efetivamente a inclusão educacional de alunos com autismo. Entre esses desafios, estão as

lacunas na formação dos professores, falta de conhecimento sobre o TEA e falta de suporte aos docentes. Por isso, esses desafios serão discutidos no próximo tópico.

3. DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

Ao mesmo tempo em que há diversas possibilidades da adoção da inclusão, a Educação Inclusiva continua sendo um grande desafio da educação e da sociedade. Isso ocorre devido ao fato de que a implementação dessa prática envolve muito mais que o espaço escolar da sala de aula. A inclusão pode gerar muitas vantagens para o aluno com autismo com diversas possibilidades de aprendizagem. Porém, conforme Menezes (2012),

uma inclusão realizada sem as devidas ponderações a respeito de todo o contexto em questão, pode se tornar a mais perversa das exclusões. Aquela que acontece dentro do ambiente escolar, em que o aluno é mantido na escola e ainda assim não consegue evoluir em seu processo (MENEZES, 2012, p. 53).

Nesse viés, é preciso que a escola apresente condições para a inclusão, com turmas com quantidade de alunos adequada, professores com conhecimentos sobre a condição da criança e metodologias adequadas para atender esse estudante. Essas medidas são necessárias para que não exista apenas a garantia de matrícula, mas também a permanência e a aprendizagem efetiva.

Porém, há um cenário com muitos desafios para que essa efetiva inclusão seja alcançada (MENEZES, 2012).

Se por um lado, as condições da escola são fatores que podem prejudicar as políticas de inclusão, por outro, não há como desconsiderar o desafio da própria formação docente diante das particularidades do trabalho com a educação inclusiva. Visto que, se é necessária uma transformação no contexto escolar, essa mudança de perspectiva deve ocorrer desde a formação inicial do professor.

Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) destacam que em muitas instituições a formação inicial dos professores prepara o profissional

para trabalhar com uma turma homogênea, sem a devida capacitação para atuar com alunos que tenham alguma necessidade educativa especial. Dessa forma, de acordo com Oliveira, Angelo e Streiechen (2020), as instituições precisam criar ações para a preparação do professor de forma que ele promova a inclusão com capacitação para adaptação do currículo, preparação de materiais e atividades adequadas para esses alunos.

O estudo ainda evidencia que, no caso do autismo, o professor deve adequar o plano pedagógico de forma individualizada, dado que o aluno autista pode apresentar necessidades e responder aos estímulos de forma diversa de acordo com o grau de comprometimento. Dessa forma, os autores apontam que durante a formação inicial deveria ser ampliado o contato do professor em formação com alunos com diferentes necessidades especiais, uma forma de proporcionar essa ampliação é através de estágio voltado para a Educação Especial.

Da mesma forma que a formação inicial deve apresentar uma atuação mais forte voltada para esse trabalho, a falta de continuidade na formação após a conclusão da graduação também é um desafio para a prática docente. Conforme Menezes (2012), a necessidade de maior qualificação e formação continuada do professor não acontece apenas para atender alunos com necessidades educativas especiais, e sim para acompanhar as mudanças no sistema educacional e a nova realidade de todos os alunos.

Para Martins (2012), a formação continuada do professor implica em uma reflexão desse profissional sobre a sua prática. Isso pode resultar no reconhecimento das necessidades para complementar a prática docente. Se não existe uma procura por atualização e uma reflexão sobre sua prática, o educador fica paralisado na imagem que criou da sua atuação profissional e isso dificulta a sua atualização frente as novas demandas da educação. O professor enfrenta diariamente novas situações e desafios e é preciso uma postura reflexiva sobre o seu processo formativo e reconhecer que seu aprendizado deve ser constante. Desse modo, ao pensar mais especificamente na educação inclusiva, a formação continuada permite ao educador aprofundar seu conhecimento sobre as necessidades educacionais especiais dos seus alunos e refletir sobre quais estratégias utiliza e como melhorar sua prática

pedagógica para atender as necessidades dos educandos. Sem essas mudanças, a escola continuará um espaço apenas de socialização para os alunos com autismo e sem o real aprendizado desse aluno ocorrer, prejudicando o processo de inclusão escolar.

Outro desafio é a falta de suporte aos docentes. Nesse sentido, Ponce e Abrão (2019) apontam que “a constituição de uma rede de apoio formada por diretores, coordenadores, professores e demais profissionais aptos a trabalhar com autismo, favoreceria positivamente todos os envolvidos no processo inclusivo”. O trabalho em rede possibilita maior troca de conhecimentos e segurança para os professores, o que reflete no seu trabalho com os alunos.

Na pesquisa realizada por Ponce e Abrão (2019), é discutida a falta de acompanhamento de um profissional especializado e capacitado para atender as necessidades das crianças autistas. Ademais, o trabalho entre o professor da classe regular e o professor especializado deve ser colaborativo para um resultado eficiente.

Menezes (2012) destaca que o trabalho do ensino “regular” e “especial” deve ocorrer em parceria, de forma que exista uma aproximação entre o ensino especializado e o ensino na sala de aula comum. Esse apoio possibilita maior troca de conhecimentos e melhores resultados no desenvolvimento das adaptações do currículo.

Conforme mostrado no estudo de Ponce e Abrão (2019), alguns professores consideram que não tem conhecimento suficiente sobre o TEA e sobre como trabalhar com essas crianças, sentindo-se então despreparados para trabalhar com alunos com autismo. Nesse sentido, Costa (2017) aponta que o primeiro passo para trabalhar com alunos com TEA é o conhecimento sobre a condição para então conseguir planejar suas estratégias. É necessário um diagnóstico global do aluno para conhecer suas singularidades e mediar o processo de ensino e aprendizagem com práticas inclusivas.

Além dos desafios citados, a pandemia da COVID-19 trouxe uma nova questão: o impacto do isolamento social na vida dos estudantes com autismo. No contexto da pandemia, as crianças passaram por mudanças na sua rotina, com atividades escolares de forma remota e redução da interação com outras crianças. Conforme Redig e Mascaro (2020), os alunos com autismo apresentaram

dificuldades para acompanhar as aulas remotas, uma vez que nessa forma de ensino não foi oferecida a mediação pedagógica de profissional de apoio.

Nesse contexto, Nascimento e Oliveira (2021) apontam que a pandemia trouxe diversas consequências para os alunos da educação especial. Uma dificuldade enfrentada por muitos alunos foi a falta de acesso ao ensino remoto, seja por não ter acesso a internet ou por falta de suporte dos responsáveis. Mesmo nas famílias em que os responsáveis possuíam tempo para acompanhar a criança nas atividades remotas, a falta de um profissional especializado para mediar os estudos e da interação com outras crianças criou dificuldades no processo.

Barbosa *et al* (2020) destacou a preocupação das famílias com a interrupção inesperada do processo de intervenção, visto que essa suspensão pode resultar em retrocessos nas habilidades que ainda estavam em processo de aprendizagem. Para controlar a mudança de rotina e das intervenções que eram feitas na escola com os alunos com TEA, muitas famílias precisaram implementar uma rotina em casa com atividades e apoio familiar para seu desenvolvimento.

Dessa forma, é preciso pensar sobre como a inclusão está sendo feita para que todos os desafios sejam enfrentados. Assim, Fumegalli (2012) aponta que

para que a inclusão aconteça, realmente, não temos receitas de como fazer, porém vivemos em um tempo de transformação positiva do sistema educativo onde vem se discutindo e refletindo as desejadas práticas, baseando-se em experiências e estudos de vários educadores interessados nessa mudança (FUMEGALLI, 2012, p. 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da presente pesquisa, foi possível fazer uma análise sobre a inclusão de alunos com TEA na escola regular. Embora a importância e os benefícios da inclusão escolar para os alunos com autismo sejam claros, pensar no assunto no campo teórico é menos complexo que na prática. Existe um novo

olhar sobre a prática pedagógica na educação especial que se originou a partir de um longo caminho de lutas contra a discriminação e pelo direito de acesso a uma educação de qualidade, porém ainda existem diversos desafios a serem enfrentados.

Dentro desse novo olhar, o papel do professor se torna fundamental para que se implemente mudanças dentro da sala de aula, então é necessário que a sua formação, inicial e continuada, e a sua prática docente estejam em constante reflexão pelo próprio professor, de forma a possibilitar um melhor acompanhamento e planejamento de suas ações educativas. Para isso, a escola também deve atuar como um espaço coletivo de reflexão sobre suas práticas, visando uma educação inclusiva.

Outro ponto de destaque é o conhecimento sobre as características das crianças com autismo e as necessidades individuais de cada um para o planejamento do trabalho pedagógico. O professor precisa conhecer o diagnóstico do aluno, seus interesses e peculiaridades para planejar sua prática de maneira que consiga atender suas necessidades e resulte no desenvolvimento e aprendizagem do educando. Cada aluno com autismo pode precisar de intervenções diferentes e, por isso, é necessário um olhar atento para suas singularidades.

Ademais, também é importante um trabalho colaborativo entre toda equipe escolar para o sucesso da inclusão. É preciso quebrar a ideia de separação entre o ensino regular e o especial, visto que esse trabalho deve acontecer em parceria. Dessa forma, o professor da classe comum e o professor especializado podem trabalhar em conjunto e trocar conhecimentos para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com autismo.

Por fim, foi possível perceber que há uma questão que acompanha o desenvolvimento da proposta inclusiva, em que, apesar das possibilidades existentes, ainda há muitos desafios para que a proposta inclusiva se desloque do campo teórico para o prático. Se por um lado, ela oferece a oportunidade de inclusão, acesso à educação, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com autismo, ela também evidencia as fragilidades da estrutura do sistema educacional, em relação a garantia das condições básicas dessa inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. K. **A formação docente no contexto da educação inclusiva.** Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos - Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Associação Americana de Psicologia. **DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, A. M.; FIGUEIREDO, A. V.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F. Os impactos da pandemia Covid-19 na vida das pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista da SJR**, v. 24, n. 48, p. 91-105, 2020.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

COSTA, F. B. L. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas.** Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?.** 2012. 50f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: Um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LEMOS, E. L. M. D.; NUNES, L. L.; SALOMÃO, N. M. R. Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 69-84, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**). www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa científica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, p. 19-32, 2012.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?**. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva e Processos Educacionais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, A. V. S.; OLIVEIRA, G. M. G. **Inclusão e adaptação do aluno com autismo nas aulas on-line em tempos de pandemia**. VII Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. O. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura**. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557 -572, 2013.

OLIVEIRA, D. G.; ANGELO, C. M. P.; STREIECHEN, E. M. Transtorno do espectro autista e formação docente: perspectivas de alunos do curso de letras. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n. 3, p. 77-95, 2020.

PONCE, J. O.; ABRÃO, J. L. F. A. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C. A exclusão e seus desdobramentos oriundos de uma pandemia: reflexões para a construção de uma escola inclusiva. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 139-156, 2020.

SCHMIDT, C.; NUNES, D. R. P.; PEREIRA, D. M.; DE OLIVEIRA, V. F.; NUERNBERG, A. H.; KUBASKI, C. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 18, n. 1, enero-abril, 2016, p. 222-235, Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil. 2016.

SERRA, D. C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Programa de pós-graduação em Educação. Centro de Ciências e Humanidades. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.